

Ata
Reunião do COPISS – Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar.

Realizada em 06 de agosto de 2009

As dez horas do dia 06 de agosto de dois mil e nove, nesta cidade, Rua Augusto Severo, 84 – 10º andar – Glória – R.J. realizou-se a reunião do COPISS – Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar – Grupo Coordenador, criado pela Resolução Normativa nº 114, de 26 de outubro de 2005, estatuído pela Instrução Normativa DIDES nº 20, de 27 de março de 2006, revogada pela RN 153, 28 de maio de 2007 que manteve o Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar.

Pauta da reunião:

- Políticas em andamento entre ANS/Ministério da Saúde;
- Resumo das reuniões de: Terminologia (ANVISA- medicamentos e OPME) e Comunicação e segurança (POS e biometria);
- TUSS: AMB (trabalho concluído pela AMB) e CFO;
- Conteúdo e estrutura - Guias (marcação de data e local para o workshop); e
- Informes: RN 190, RADAR TISS e Oficina TISS (etapa Belo Horizonte).

A Dra. Jussara Macedo iniciou a reunião informando que foi estabelecido como rotina a reunião do Grupo de Odontologia antes da reunião do COPISS-Coordenador.

O representante do CFO informou que a CBHPO – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos da Odontologia - estava pronta para ser apresentada ao grupo. Solicitou a inclusão da ABO – Associação Brasileira de Odontologia, no COPISS. Apresentou o Dr. Antonio Ricardo Calazans – chefe do departamento de odontologia da UFRN, que apresentou toda a logística de elaboração e confecção da tabela – CBHPO, trabalho realizado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica).

Após a apresentação da CBHPO a Dra. Jussara apresentou o Dr. Rogério Sugai – Assessor de tecnologia de informação e comunicação da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

O Dr. Rogério Sugai informou que o Ministério da Saúde está trabalhando padrões para a elaboração do registro eletrônico de saúde. Destacou que, para isto, será necessário a identificação de usuários - individual. Este projeto do registro envolverá a ANS e as operadoras de saúde. Haverá uma integração do cadastro que será fundamental para a implantação do registro eletrônico de saúde. Informou que o Cartão Nacional de Saúde não será mais de um município ou estado. Neste projeto, está previsto, um barramento para identificar a localização. O serviço de pesquisa demográfica e de identificação do indivíduo será muito eficiente neste projeto.

Informou que haverá um serviço de integração entre o SINASC, os cartórios e a Caixa Econômica Federal para emissão de certidões de nascimento, CPF, PIS/PASEP e o cartão de saúde.

Informou que foi criado um Comitê de Informações e Informática em Saúde, sendo o COPISS foi convidado para esta parceria junto ao Ministério da Saúde. Destacou que os investimentos sairão do Governo. A parceria com o setor privado trará eficiência ao projeto e oportunidade de alinhamento para a construção deste trabalho com os diversos atores: Ministério da Saúde, ANS, prestadores de serviços, operadoras e fornecedores. A padronização se estenderá à terminologia e aos medicamentos.

O padrão *OpenEHR* será implantado aqui no Brasil e técnicos deste padrão virão da Austrália para iniciar este trabalho. A ANS estará envolvida com esta implantação.

Dr. Sugai informou que a ANVISA também participará deste trabalho e deverá ter ações mais efetivas para as tabelas de OPM. Dra. Jussara Macedo destacou que a ANVISA já classificou medicamentos e deverá trabalhar também a tabela de OPME, conforme deliberação da última reunião de terminologia realizada na própria ANVISA.

O representante da CNS elogiou a iniciativa e perguntou como será a certificação digital deste registro eletrônico de saúde.

O representante do Ministério da Saúde informou que estão estudando requisitos tecnológicos que garantam a segurança e infraestrutura do registro eletrônico de saúde. Adiantou que o protocolo de criptografia será criado pelo Ministério Saúde. Um grupo de economia da saúde está envolvido neste trabalho para avaliar o custo/benefício dos investimentos deste projeto.

A representante da FENASAÚDE perguntou sobre o consórcio, solução que o grupo estava trabalhando para implantação deste servidor de terminologia. A representante da ANS informou

que haverá uma reunião com todos os membros do COPISS convocada pelo Ministério da Saúde onde será apresentada a estrutura de governança deste trabalho.

O representante da Abramge informou que a proposta de trabalho apresentada era a visão dele e da instituição que ele representa. Destacando que sempre foi um defensor de *webservices* e perguntou qual tipo de prontuário o Ministério estava pensando em adotar. O representante do Ministério da Saúde informou que poderemos ter dois tipos de prontuários. Um completo no local e um extrato geral. A lógica será compartilhar o barramento.

O representante da SBIS falou sobre a certificação. O representante do Ministério destacou que provavelmente o DATASUS será o certificador dos profissionais de saúde. A idéia inicial é de certificar, neste ano, os hospitais Federais do Rio de Janeiro.

O representante da AMB ressaltou a importância do assunto tratado e apóia a proposta. Destacou que o COPISS tem uma experiência muito rica em padronização. Porém o trabalho é muito difícil e descreveu o trabalho da AMB para a realização da tabela de procedimentos. Demonstrou preocupação com as trocas dos representantes do governo.

O representante do Ministério da Saúde informou que atualmente estamos aproveitando uma janela política. Não existe nenhuma resistência do Ministério para a implantação deste trabalho.

A representante da ANS informou que existe um projeto de Lei para alteração da Lei 8080 da Senadora Roseane Sarney, para a criação do prontuário eletrônico.

O representante da Unidas, Walter Lyrio, informou que era o último dia de participação dele e do seu suplente, Luiz Eduardo, no COPISS e que a Unidas estava indicando novos representantes.

A representante da ANS informou que o Ministério da Saúde decidiu participar do COPISS pela sua representatividade e que destacou que questões referentes à entrada e saída de atores são dinâmicas nestes grupos e agradeceu a contribuição do Walter Lyrio e Luiz Eduardo nos trabalhos para o desenvolvimento do padrão TISS.

O representante do Ministério da Saúde informou que agendará uma reunião com o COPISS e por motivos de agenda teve que se ausentar da reunião.

ODONTOLOGIA

A representante do SINOG solicitou uma reunião técnica para o grupo de odontologia e o encaminhamento da tabela de odontologia para o grupo analisar. A representante da ANS informou que as reuniões seriam agendadas no final da reunião.

O representante da UNIDAS sugeriu que o grupo de odontologia realize o mesmo fluxo adotado pelo grupo médico (AMB) para discussão e inclusão de procedimentos na tabela CBHPO – com a criação de uma câmera técnica e posteriormente encaminhando da tabela ao COPISS para ser validada.

O representante da AMB sugeriu que o grupo não utilize a codificação 1, 2, 3 e 4. Para possibilitar a entrada dos procedimentos de odontologia e de outras especialidades na mesma tabela, dando continuidade na codificação.

O Dr. Antonio Ricardo, informou que entregará a CBHPO sem código e sem preço. O representante do CFO informou que o grupo buscou captar o máximo de tabelas utilizadas pelas instituições de odontologia.

O Diretor da DIDES, Dr. José Leoncio de Andrade Feitosa, compareceu a reunião para anunciar o término do mandato de Diretor e agradeceu ao grupo a participação de todos no processo de implantação e evolução do padrão TISS. Elogiando o grupo por ter um debate aberto e o respeito coletivo. Destacou que não foi fácil criar o COPISS e o TISS.

Dra. Jussara Macedo agradeceu o trabalho realizado pelo Dr. Leoncio Feitosa e pelo Dr. Fausto e os demais Diretores da ANS.

O representante da SBPC/ML relatou questões referentes à baixa de valores dos pagamentos e solicitou que haja intervenção rápida. A representante da ANS informou que haverá uma parceira com o Ministério da Saúde para mensurar as redes de prestação de serviços. Mas destacou que este não era o assunto da pauta e que a Câmara Técnica de prestadores estava com agenda para o próximo dia.

TUSS

O representante da AMB informou que o DE/PARA do rol para a CBHPO apresentou divergências. Houve um ajuste técnico. Informou que 500 (quinhentos procedimentos) que não estavam no rol e na CBHPO foram incluídos na TUSS e surgiram mais 1.200 (mil e duzentos) procedimentos novos. Informou que este trabalho já está em fase de conclusão e que foi contratada uma empresa para realizar este trabalho. O trabalho será entregue em 31 de agosto, com todos os procedimentos do rol e os que são praticados pelo mercado. Os demais procedimentos que estão chegando para serem incluídos na TUSS serão disponibilizados através do código 93 da tabela de

domínio, referente aos procedimentos que ainda serão codificados. Atualmente são 300 (trezentos procedimentos) que estão aguardando para serem codificados. A concentração dos procedimentos referentes ao código 93 será com a AMB. A ANS ficou de preparar uma nota esclarecedora para a utilização do código 93 e para o fluxo de inclusão de procedimentos na TUSS.

A AMB informou que entregará junto com o a TUSS o DE/PARA da 90 – 92, rol e CBHPM/5^a edição.

Medicamentos e OPM

O representante da CNS informou sobre os principais assuntos tratados nas reuniões realizadas na ANVISA referentes a medicamentos e OPM.

Em relação aos medicamentos o trabalho está mais evoluído. Existem informações importantes desde o sal até a dosagem do medicamento, com a descrição do produto em códigos de 15 dígitos. Esta estrutura será encaminhada para o COPISS avaliar. O grupo estudará a estrutura para verificar se existe correlação das tabelas. A Unidas e a Unimed Brasil também apresentaram modelos de estrutura para medicamentos.

Para OPM foi informado que existe uma codificação GMDN - *Global Medical Device Nomenclature*. Porém, o trabalho não progrediu. Está desatualizado e não existe análise do material. A ANVISA está pensando em trabalhar na terminologia para classificar, o trabalho realizado pela codificação fica limitado. Haverá uma nova reunião para discutir este assunto e direcionar as ações da ANS e da ANVISA. Existe uma câmara técnica do M.S. para este assunto e foi informado que a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde – Márcia Bassit solicitou que os trabalhos referentes a este assunto avancem.

O representante da Unimed Brasil informou que o grupo deve adotar o mais rápido possível a tabela de medicamentos.

O representante da CMB destacou que a existência de fracionamento de medicamentos já é muito importante e ajudará muito na evolução do trabalho.

O representante da Unidas também destacou que se já existe a tabela de medicamentos e já está codificada, devemos adotar logo como TUSS.

POS e Biometria

O grupo informou que já foram realizadas 3(três) reuniões para estes assuntos. Foi consenso que o POS não deve ser estimulado como solução adequada para a prática do padrão TISS. Os POSs atuais não dão suporte a todas as transações TISS. O grupo concluiu que o POS é um desestímulo a informação para os pequenos prestadores e haverá um prazo para a utilização deste equipamento. A proposta para término de utilização de POS-ISO foi aprovada por unanimidade.

O POS pode ser uma opção para os pequenos prestadores que estão com limitação técnica e sem acesso a internet.

Se o POS tiver de acordo com todas as regras do TISS ele poderá ser utilizado.

A representante da ANS destacou que a tecnologia hoje, já permite que as informações de saúde fiquem disponíveis para o beneficiário. E isso será ponto de regulação na saúde suplementar.

A representante da FENASAÚDE informou que existem prestadores, geralmente no interior, que não querem utilizar computador. Para este tipo de prestador, o POS é uma excelente saída para a transação eletrônica.

A representante da ANS informou que a retirada do POS será gradativa e educativa. Não podemos mais estimular a utilização. Haverá estímulo para utilização de outras tecnologias.

O representante da AMB destacou que o POS é uma excelente solução para consultórios.

O representante da Abramge destacou que as informações do TISS não são utilizadas apenas para as operadoras. A ANS também utiliza as informações das guias. Informou que alguns prestadores não preenchem as guias. O POS estimula a prática de preenchimento “default”.

O representante da Unimed Brasil lembrou ao grupo que no início do TISS o POS não poderia ser utilizado e que existia prazo para deixar de ser utilizado. Depois, o grupo decidiu que o POS que realizava todas as transações poderia ser utilizado.

Destacou que está correto o que foi colocado em relação ao POS pelo grupo. Porém, não existe dispensa de informação. Sugeriu duas transações para um atendimento utilizando POS – uma transação de elegibilidade e outra de confirmação de atendimento com a aplicação do que foi feito.

Em relação à biometria, utilizada para evitar fraudes, foram elaborados critérios mínimos de utilização, visando: universalidade dos meios de captura, qualidade da operação, interoperabilidade e outras especificações de equipamentos e boas práticas de utilização.

O representante da SBPC/ML informou que a biometria, nos laboratórios, atualmente, inviabiliza o atendimento. Tornando muito lento o movimento de um laboratório em horários de maior utilização.

A representante da ANS informou que os grupos de comunicação e segurança e conteúdo e estrutura, serão requisitados para o desenvolvimento dos trabalhos futuros junto ao M.S.

O representante da Unimed Brasil informou que os advogados das Unimedas irão solicitar à prorrogação de prazo da RN 190. Esta prorrogação decorre em função das informações de redes diretas e indiretas (utilização de rede de outra operadora). Pela resolução, as operadoras deverão disponibilizar todas as redes e esta informação é gradual, considerando o porte da operadora. As indicações de rede indireta serão disponibilizadas por link, indicando a rede indireta. A preocupação é referente aos outros órgãos, como o de defesa do consumidor, que poderão exigir esta informação.

O representante da ANS fez um breve relato sobre as últimas campanhas do RADAR TISS – 3º médico-hospitalar e 1ª campanha odontológica, que foram concluídas. Destacou que o relatório da 2ª campanha será publicado em breve na página da ANS.

A ANS realizará nos dias 1 e 2 de setembro a oficina ANS, com um módulo para prestadores de serviços de saúde – TISS.

Foram agendadas as reuniões do grupo de conteúdo e estrutura – organização do *workshop* para o dia 03 de setembro. COPISS-Coordenador para o dia 04 de setembro e *workshop* – dados das guias e anexos para os dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2009.

Feitas as deliberações foi dada por encerrada a reunião. Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2009.
Participantes: A reunião foi conduzida pela Dra. Jussara Macedo e a Sra. Rigoleta Dutra e contou com a presença dos senhores: Rogério Sugai (Ministério da Saúde); João de Lucena (CNS); Luiz Antonio De Biase (ABRAMGE); Erimar Brehme Abreu (CMB); Roberto Velllasco (FBH); Benício Mesquita (CFO); Claudia Durante (SINOG); José Alves (UNIODONTO); Mauro Back (Unimed do Brasil); Rosimeire Ishiguro, Sonia Bastos (FENASAÚDE); Walter Lyrio, Luiz Eduardo Ferreira, Denise Rodrigues (UNIDAS); Marcio Bichara, (FENAM); Paulo Azevedo (SBPC/ML); Luis Kiatake (SBIS); Florisval Neimão (AMB); Paulo Cabral, Márcia Menezes (ANAHP); Marizélia Leão, Patricia Goes, Luiz Vieira, Heitor Werneck, Sonia Marinho, Adriana Winter (ANS).